

Entre a cruz e o livro: A influência da Igreja em livros didáticos de Ciências Naturais do Estado Novo (1937 - 1945)

Marianna VERSIANI¹

Renata Garcia Campos DUARTE²

Rodrigo Cerqueira do Nascimento BORBA³

RESUMO

Este artigo investiga a influência da Igreja Católica no ensino de Ciências Naturais durante o Estado Novo (1937–1945), período marcado pela consolidação de um projeto autoritário de unificação nacional sob o governo de Getúlio Vargas. Como objeto de análise, são examinados os conteúdos sobre seres vivos presentes em três livros didáticos de Ciências Naturais publicados e utilizados nesse contexto histórico. A pesquisa, de caráter qualitativo e documental, busca identificar como elementos da doutrina católica foram incorporados ao discurso científico escolar, revelando uma aproximação intencional entre religião e ciência. Os resultados apontam para a utilização dos livros didáticos como ferramentas ideológicas do Estado, nas quais a Igreja Católica aparece como parceira estratégica na formação moral e cívica da juventude brasileira. Assim, evidencia-se que o ensino de Ciências foi instrumentalizado para reforçar valores religiosos e patrióticos, contribuindo para o projeto político de controle social e identidade nacional do regime varguista.

PALAVRAS-CHAVE: Aliança Estado-Igreja. Ciências e Religião. Ditadura. Getúlio Vargas. Seres vivos.

¹ Mestranda. Universidade Federal de Ouro Preto. ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-2682-0368>
E-mail: mariannaversiani@gmail.com

² Doutora. Universidade Federal de Minas Gerais. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3647-8204>
E-mail: renatagcd@yahoo.com.br

³ Doutor. Universidade de São Paulo. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4504-5793>
E-mail: rodrigocnb@gmail.com

Between the Cross and the Textbook: The Influence of the Church on Natural Sciences Textbooks during the Estado Novo (1937 – 1945)

Marianna VERSIANI

Renata Garcia Campos DUARTE

Rodrigo Cerqueira do Nascimento BORBA

ABSTRACT

This article investigates the influence of the Catholic Church on the teaching of Natural Sciences during the Estado Novo period in Brazil (1937–1945), a time marked by the consolidation of an authoritarian national unification project under the government of Getúlio Vargas. As the object of analysis, the study examines content related to living beings in three Natural Sciences textbooks published and used in that historical context. This qualitative and documentary research seeks to identify how elements of Catholic doctrine were incorporated into the school scientific discourse, revealing a deliberate approximation between religion and science. The findings indicate that textbooks were used as ideological tools by the State, with the Catholic Church acting as a strategic partner in the moral and civic formation of Brazilian youth. Thus, the teaching of Science was instrumentalized to reinforce religious and patriotic values, contributing to the political project of social control and national identity promoted by the Vargas regime.

KEYWORDS: Church-State alliance. Dictatorship. Getúlio Vargas. Living beings. Science and Religion.

Entre la Cruz y el Libro: La Influencia de la Iglesia en los Libros de Texto de Ciencias Naturales durante el Estado Novo (1937 -1945)

Marianna VERSIANI

Renata Garcia Campos DUARTE

Rodrigo Cerqueira do Nascimento BORBA

RESUMEN

Este artículo investiga la influencia de la Iglesia Católica en la enseñanza de las Ciencias Naturales durante el Estado Novo (1937–1945), periodo marcado por la consolidación de un proyecto autoritario de unificación nacional bajo el gobierno de Getúlio Vargas. Como objeto de análisis, se examinan los contenidos sobre los seres vivos presentes en tres libros de texto de Ciencias Naturales publicados y utilizados en ese contexto histórico. La investigación, de carácter cualitativo y documental, busca identificar cómo elementos de la doctrina católica fueron incorporados al discurso científico escolar, revelando una aproximación intencional entre religión y ciencia. Los resultados señalan el uso de los libros escolares como herramientas ideológicas del Estado, en las cuales la Iglesia Católica aparece como socia estratégica en la formación moral y cívica de la juventud brasileña. Así, se evidencia que la enseñanza de las Ciencias fue instrumentalizada para reforzar valores religiosos y patrióticos, contribuyendo al proyecto político de control social e identidad nacional del régimen varguista.

PALABRAS CHAVE: Alianza Estado-Iglesia. Ciencia y Religión. Dictadura. Getúlio Vargas. Seres vivos.

Introdução

No governo provisório de Getúlio Vargas (1930-1934) e, posteriormente, durante a ditadura do Estado Novo (1937-1945), as Forças Armadas e a Igreja Católica exerceram uma influência significativa no Estado e na educação brasileira. Com a instabilidade política que pairava no país, era essencial o apoio dessas instituições como forma de legitimar o regime político, seja ele provisório ou ditatorial (Lopes, 2011). Durante esse período, Getúlio Vargas buscou centralizar o controle do sistema educacional, promovendo reformas que visavam modernizar e nacionalizar o ensino, mas sem perder de vista os valores tradicionais defendidos por essas instituições.

A criação do Ministério da Educação e Saúde Pública em 1930, as Secretarias de Educação dos Estados e a implementação da Reforma Educacional Francisco Campos no ano de 1931 foram marcos importantes nesse processo (Piletti e Piletti, 1995) estabelecendo diretrizes para um currículo mais centralizado e alinhado com os ideais do governo getulista. Mesmo com essas reformas, a Igreja Católica manteve seu papel influente, especialmente com a promulgação do Acordo Missionário de 1935, que garantiu a continuidade do ensino religioso nas escolas públicas.

Assim, a Igreja Católica teve uma participação ativa, influenciando o currículo e as práticas pedagógicas com seus valores morais e religiosos, buscando manter seu poder sobre a formação da juventude. Essa influência permaneceu ativa após o golpe, uma vez que a carta constitucional de 1937 conservou o ensino religioso como disciplina, umas das principais pautas dos grupos religiosos. Apesar da manutenção da disciplina de ensino religioso no currículo, a sua inclusão no horário era facultativa para instituições de ensino. (Lopes, 2011). Além disso, o espírito conservador do então ministro da educação Francisco Campos (Bueno, 2016), que foi refletido em sua reforma educacional, buscava consolidar um sistema educacional alinhado aos ideais nacionalistas e autoritários que começavam a ganhar força.

O golpe de 1937, que instaurou a ditadura do Estado Novo, consolidou ainda mais o poder de Getúlio Vargas e reforçou a influência das Forças Armadas e da Igreja Católica na educação. O novo regime buscou controlar rigidamente o currículo escolar, enfatizando a formação de um cidadão obediente e leal ao Estado. A educação passou a ser vista como um instrumento de controle social e de promoção dos ideais autoritários do governo, com a introdução de matérias como Educação Moral e Cívica e a intensificação da propaganda nacionalista.

Nesse período, os livros didáticos ganharam uma importância central como ferramentas de disseminação das diretrizes ideológicas e pedagógicas do Estado, sendo utilizados pelo governo Vargas como instrumentos estratégicos para padronizar o ensino em todo o país, assegurando que o conteúdo ministrado nas escolas estivesse alinhado aos valores e objetivos do regime. Esses livros eram cuidadosamente elaborados para promover o nacionalismo, a disciplina, a obediência e a lealdade ao Estado Novo. A centralização e o controle sobre a produção e a distribuição dos livros didáticos permitiram ao governo influenciar diretamente o pensamento e a formação das novas gerações, consolidando assim a base ideológica do regime.

Neste trabalho, buscamos analisar em que medida três livros didáticos de Ciências Naturais, publicados durante o período do Estado Novo, refletem influências religiosas em seus conteúdos. A pesquisa insere-se no campo da História da Educação e Currículo, que tem como objetivo compreender as transformações educacionais ao longo do tempo, com ênfase na organização dos currículos escolares e nas disputas em torno dos saberes que neles são valorizados. No caso específico das Ciências Naturais, essa análise ganha especial relevância, uma vez que esse campo do conhecimento é responsável por explicar os fenômenos do mundo natural e, portanto, costuma ser associado a uma abordagem racional, empírica e laica.

Os trabalhos de construção e revisão de livros e materiais didáticos não são novidades na academia. Borba (2021), Ferreira e Selles (2004), Gomes, Selles e Lopes (2013) e Salomão (2012) indicam que diversas análises são realizadas, desde a avaliação de conceitos, ilustrações e abordagem de temas específicos até a percepção de professores e alunos sobre os materiais, abrangendo conteúdos de física, química e biologia. Neste trabalho, no entanto, buscamos identificar a presença de elementos religiosos nesses materiais didáticos, o que permite compreender como, mesmo em disciplinas voltadas ao ensino científico, atuam forças ideológicas que moldam o conteúdo escolar conforme interesses políticos, culturais e religiosos em determinados contextos históricos.

Na próxima seção, apresentaremos detalhadamente os materiais didáticos analisados nesta pesquisa, contextualizando-os histórica e editorialmente. Em seguida, discutiremos as concepções teóricas que fundamentam nossa abordagem analítica, com destaque para os estudos da História da Educação e das disputas ideológicas presentes na construção dos currículos escolares. A partir dessa base teórica, passaremos à análise dos dados, na qual os resultados encontrados serão interpretados em diálogo com o referencial adotado, buscando compreender como se expressam, nos textos dos livros didáticos, as articulações entre ciência, religião e política durante o Estado Novo. Por fim, sem a pretensão de esgotar o tema, apresentaremos nossas considerações finais, apontando os limites da

A influência da Igreja em livros didáticos de Ciências Naturais do Estado Novo (1937 - 1945): pesquisa, suas contribuições para o campo da História da Educação em Ciências e possíveis desdobramentos para investigações futuras.

Quadro teórico-metodológico e fontes

Em relação aos livros didáticos, adotamos a posição defendida por Selles e Ferreira (2004), e Abreu, Gomes e Lopes (2005), compreendendo-os como uma reunião sistematizada e didatizada de conhecimentos, elaborada com finalidades escolares e, muitas vezes, com a intenção de formar valores. Nesse sentido, Goodson (1998) acrescenta que os livros didáticos não são produções neutras, pois em sua elaboração é possível identificar tendências dominantes, bem como disputas e conflitos entre os diferentes grupos envolvidos em sua produção. Essas reflexões são especialmente pertinentes ao debate proposto neste trabalho, uma vez que os livros didáticos ocuparam um papel central nas escolas brasileiras, servindo como principal instrumento de organização dos conteúdos e métodos de ensino.

Esses documentos possuem suma importância histórica no cenário brasileiro, contribuindo significativamente para a construção de práticas pedagógicas e marcando o começo de um processo contínuo de institucionalização dos livros didáticos no Brasil. Afinal, esses são usados desde 1920, pelo menos (Pinheiro; Echalar; Queiroz, 2021). Mesmo com as transformações em seus formatos ao longo do tempo, os livros didáticos permanecem historicamente enraizados na cultura educacional do país (Ferreira e Selles, 2004).

Três exemplares físicos de livros didáticos utilizados no ensino secundário brasileiro – etapa intermediária da educação formal à época, destinada à formação geral dos jovens entre o ensino primário e o ensino superior –, publicados entre os anos de 1937 e 1945, foram selecionados para análise. Esse período corresponde à vigência da ditadura do Estado Novo, marcada pela centralização do poder e pelo uso estratégico da educação como instrumento de controle ideológico. Os exemplares fazem parte do acervo pessoal dos autores e foram adquiridos em sebos de diferentes regiões do país. Embora não sigam uma ordem de edição ou seriação específica, foram escolhidos por pertencerem ao mesmo recorte histórico. Um dado relevante é que todos foram publicados pela mesma editora, a Companhia Editora Nacional, cuja importância e atuação serão discutidas ao longo deste trabalho. Tratam-se de obras quase centenárias, com sinais evidentes do tempo: páginas amareladas, encadernações frágeis e desgaste natural, o que exigiu cuidados específicos durante o manuseio, como o uso de luvas e máscaras, além do armazenamento em sacos plásticos para garantir sua preservação.

Cabe ainda destacar que, devido à raridade dessas edições, não foi possível localizar uma coleção completa dos volumes originalmente publicados.

Foi realizada a leitura integral de todos os livros didáticos selecionados, abrangendo conteúdos diversos, desde tópicos introdutórios de Física e Química até capítulos dedicados ao estudo dos seres vivos, que constituem o foco principal desta investigação. Essa leitura foi conduzida com rigor metodológico e sob uma perspectiva histórica atenta, buscando evitar julgamentos baseados em valores e concepções contemporâneas – ou seja, evitando anacronismos, conforme orienta Lopes (2009). Para tanto, levou-se em consideração não apenas o conteúdo conceitual, mas também o contexto discursivo no qual ele está inserido, incluindo o vocabulário, a estrutura dos capítulos, a linguagem didática e as normas ortográficas da época, respeitando suas especificidades históricas e culturais. A análise visou compreender como o conhecimento científico era apresentado aos estudantes do ensino secundário, bem como identificar possíveis marcas ideológicas ou influências religiosas nos textos. As informações detalhadas referentes ao ano de publicação, número da edição e autoria de cada obra encontram-se organizadas na tabela a seguir:

Tabela 1 – Livros didáticos analisados neste trabalho

Série	Ano	Editora	Título e Autoria	Edição
Primeira Série Ginasial	1937	Companhia Editora Nacional	Ciências Físicas e Naturais - Hipérides Zanello	3ª
Segunda Série Ginasial	1940	Companhia Editora Nacional	Ciências Físicas e Naturais - Arnaldo Carneiro Leão	-
Quarta Série Ginasial	1943	Companhia Editora Nacional	Noções de Ciência Naturais - Prof. Dr. João Pecegheiro do Amaral e Prof. Dr. Candido de Mello Leitão	3ª

Fonte: Autores.

Resultados e discussões

O período do Estado Novo foi marcado por uma grande aproximação entre o Estado e a Igreja Católica. Neste contexto, o governo de Vargas introduziu medidas que consolidaram o catolicismo como uma força social e cultural dominante no país, em consonância com os valores de ordem e moralidade. A promulgação da Constituição de 1937, que dinamizava o Estado Novo, refletiu essa

Entre a cruz e o livro:

A influência da Igreja em livros didáticos de Ciências Naturais do Estado Novo (1937 - 1945) aliança ao estabelecer um Estado autoritário, centralizador e conservador, no qual a Igreja encontrou um espaço favorável para exercer influência sobre a educação, os costumes e as questões políticas. A ascensão da Igreja ao protagonismo durante o Estado Novo não foi repentina, mas resultado de um longo processo de articulação iniciado nas décadas anteriores.

A Igreja enfrentou desafios no período republicano com a organização de setores intelectuais (a exemplo, o Movimento Escola Nova), que exerceram uma influência significativa nas políticas educacionais, como identificado por Saviani (2004): o período de 1930 até, pelo menos, 1960 foi fortemente influenciado pelo ideal escolanovista, que se manifestou em seu modelo de racionalidade científica, organização escolar e processos de ensino-aprendizagem. Esse movimento, apesar de não hegemônico, tinha objetivos em comum propondo uma atualização pedagógica externa para uma educação crítica e mais democrática.

No ano de 1932, foi publicado um documento intitulado “A reconstrução educacional no Brasil”, que propunha uma reforma abrangente no sistema educacional brasileiro. Idealizado por esse grupo de educadores e intelectuais progressistas – entre eles Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Lourenço Filho, que então viriam a configurar o Movimento Escola Nova – o manifesto defendia uma educação pública, laica, gratuita e obrigatória (Piletti e Piletti, 1995).

No entanto, é importante destacar que, apesar dos embates entre as forças políticas, o caráter reacionário e conservador da Igreja obteve maior sucesso nesse período, pois tal instituição encontrou em Getúlio Vargas um aliado disposto a garantir-lhe privilégios, como a introdução do ensino religioso nas escolas públicas. O clero, por sua vez, atuou como um importante apoio ao regime, promovendo uma moralidade tradicionalista que dialogava com os ideais de nacionalismo e controle social do governo. Isso pode ser verificado no discurso de Francisco Campos em 1925, época em que ocupava o cargo de deputado do estado de Minas Gerais, quando alega que a Igreja Católica é uma força moral para restaurar o país da crise de autoridade que estava passando:

[...] só a religião pode oferecer ao espírito pontos de apoio e motivos e quadros de ação moral regulada e eficiente. A educação moral resulta da cultura dos sentimentos de veneração, de admiração, de entusiasmo, de reconhecimento e de temor, que só a religião que está à raiz do espírito, pode alimentar, nutrir e aprimorar (Campos, 1925, p.1).

Francisco Campos desempenhou um papel ainda mais decisivo no fortalecimento da aliança entre o Estado brasileiro e a Igreja Católica, sendo figura central na articulação entre esses dois

poderes durante a primeira metade do século XX. Sua atuação no estado de Minas Gerais, ainda no início da década de 1920, já apontava para essa estratégia de aproximação com a Igreja.

Durante a reforma do ensino primário, então chamada de escola normal no estado de Minas Gerais, liderada por Francisco Campos, e da etapa de formação de seus professores, um dos principais pontos defendidos foi a permissão da inclusão do ensino religioso nas escolas públicas do estado. Essa proposta contrapunha a Constituição de 1891, que estabelecia o princípio da laicidade, desvinculando a Igreja Católica do Estado brasileiro e proibindo o ensino religioso nas instituições públicas. Apesar disso, a reintrodução dessa disciplina contou com amplo apoio de diversos setores da sociedade. (Duarte, 2019).

Em 1931, ainda como articulador político e figura de destaque no cenário mineiro, Campos idealizou a criação da Legião de Outubro, um movimento que buscava mobilizar setores conservadores da sociedade, especialmente com o apoio da Igreja Católica, com o objetivo de minar a influência das oligarquias tradicionais no Estado. À época, ele ocupava o cargo de ministro da educação, e contava com o respaldo de Gustavo Capanema, então secretário do Interior e Justiça do estado de Minas Gerais. Gustavo Capanema, por sua vez, viria a ser uma das figuras mais importantes da reforma educacional promovida durante o governo de Getúlio Vargas, especialmente a partir de 1934. Assim, a aliança entre Estado e Igreja, longe de ser ocasional, foi uma construção política deliberada que visava não apenas a consolidação do poder estatal, mas também a legitimação moral e social de seus representantes junto à população, em um contexto de disputas ideológicas e de reconfiguração do cenário político nacional (Horta, 2012).

Nesse cenário, a Igreja Católica assumiu um papel central na construção de uma identidade nacional baseada em valores cristãos, e seu envolvimento nas políticas públicas contribuiu para consolidar sua posição de poder no Brasil durante o Estado Novo. A aliança entre o governo e a Igreja Católica refletiu tanto o desejo de Vargas de estabilizar seu regime quanto o interesse da Igreja em manter sua relevância em um contexto de transformações sociais.

Se os livros têm como uma de suas funções refletir e traduzir os valores culturais e ideológicos de uma sociedade (Hallewell, 2005), essa função torna-se ainda mais relevante quando se observa a atuação dos escritores e editores no período que antecede o Estado Novo. A imprensa, nesse contexto, exerce um papel central na difusão de ideias e na formação de uma consciência nacional. É nesse cenário que a Companhia Editora Nacional, fundada por Monteiro Lobato e Octalles Marcondes Ferreira, assume destaque como instrumento estratégico no projeto educacional do governo Vargas. Sua atuação, enquanto editora, não se limitou à produção de livros didáticos, e tampouco foi a

Entre a cruz e o livro:

A influência da Igreja em livros didáticos de Ciências Naturais do Estado Novo (1937 - 1945) primeira linha editorial realizada pela companhia, mas envolveu produções de obras literárias que estivessem em alinhamento com a construção de um discurso direcionado aos valores do nacionalismo, da moral cristã e da ordem social, elementos centrais na ideologia do regime. Assim, a editora tornou-se uma aliada importante na tarefa de moldar subjetividades e consolidar os objetivos políticos do Estado varguista.

Em 1931, a Companhia Editora Nacional iniciou um extenso projeto editorial com um enfoque nacionalista e inovador ao lançar a Biblioteca Pedagógica Brasileira, sob a direção de Fernando de Azevedo. Esse projeto tinha como objetivo modernizar a educação no Brasil, em sintonia com os movimentos pedagógicos da época. A editora lançou várias coleções, destacando-se a série Brasiliana, que também começou em 1931, com a proposta de ser “a mais vasta e completa coleção e sistematização de estudos brasileiros” (Roxo, 1937 [na orelha]).

Entre maio e agosto de 1937, durante as discussões sobre a reorganização do ensino secundário conduzidas pela Associação Brasileira de Educação, Euclides Roxo defendeu as propostas reformistas da época. Como autor da coleção Atualidades Pedagógicas, Roxo apoiou a manutenção das mudanças trazidas pela Reforma Francisco Campos no ensino de matemática do nível secundário, utilizando-se de argumentos de renomados autores europeus, especialmente franceses e alemães, para sustentar suas propostas e sublinhar a importância de uma educação moderna e científica.

A segunda série da Biblioteca Pedagógica Brasileira, também publicada pela Companhia Editora Nacional, foi dedicada aos livros didáticos. Esse projeto visava disponibilizar uma vasta gama de obras escolares para todos os níveis de ensino, desde a educação primária até a superior. A editora tinha a ambição de produzir a maior coleção de livros escolares já vista no Brasil, incluindo manuais, livros de texto e fontes de referência (Stávale, 1937). Embora se comprometesse a fornecer livros para todos os níveis de ensino, a editora continuou a priorizar materiais didáticos para o ensino secundário, refletindo uma estratégia que alinhava com sua ênfase inicial.

A editora defendia que o livro didático deveria ser um agente de transformação essencial para as mudanças educacionais desejadas, afirmando que “é o mestre que faz a escola”, mas que “ao mestre o fazem, em grande parte, as circunstâncias em que se vê obrigado a trabalhar” (Stávale, 1937 [na contracapa]). Portanto, quanto mais qualificado e útil o material de estudo disponível para os alunos, maior seria a eficácia do professor no desenvolvimento de seu trabalho pedagógico, economizando tempo e esforço.

Além de se preocupar com a qualidade editorial dos livros, a Companhia Editora Nacional investiu em estratégias de marketing e divulgação para promover a adoção de sua série de livros

didáticos. Durante o ano de 1936, por exemplo, a editora lançou um catálogo detalhado para auxiliar professores e diretores de escolas na escolha dos materiais didáticos, destacando os benefícios e diferenciais de suas publicações (Dutra, 2004). A ampla divulgação e o cuidado editorial empregados pela Companhia Editora Nacional contribuíram para a ampla circulação de seus materiais nas escolas brasileiras. Diante desse contexto de forte presença no cenário educacional da época, passamos à análise de alguns dos livros didáticos produzidos por essa editora, com o objetivo de identificar como determinados conteúdos, especialmente os relacionados às ciências naturais, foram abordados e se revelam atravessados por elementos ideológicos e religiosos.

Conforme supracitado, os livros analisados neste trabalho pertencem à Companhia Editora Nacional. A análise revela diferenças significativas em sua estrutura, extensão e organização temática, o que influencia diretamente a forma como o conteúdo sobre os seres vivos é abordado e revela pistas sobre as prioridades pedagógicas e ideológicas do período. O livro “Ciências Físicas e Naturais”, de 1937, por exemplo, é a obra de menor extensão nesse recorte, dedicando-se ao estudo dos seres vivos apenas na quinta e última parte, intitulada “A vida”. Dentro dela, o capítulo sobre respiração em plantas e animais – capítulo IV – ocupa apenas oito páginas, entre as páginas 75 e 83, evidenciando uma abordagem mais sucinta e restrita, possivelmente alinhada à função complementar do estudo dos seres vivos frente a outras áreas consideradas centrais naquele momento, como Física, Química e Geografia. Já o livro “Ciências Físicas e Naturais”, do ano de 1940, apresenta maior abrangência, estruturando-se em três partes e alocando o estudo dos seres vivos na terceira, que se estende por cerca de 58 páginas (capítulos I a V, entre as páginas 165 e 223), posicionada após conteúdos de geologia e magnetismo e antes de tópicos relacionados ao som e à vida em sociedade. Essa organização pode sugerir um esforço em articular os conhecimentos biológicos com um panorama mais integrado de ciências naturais, reforçando a ideia de uma educação científica a serviço da formação integral do “cidadão-modelo” do Estado Novo. Por sua vez, o livro “Noções de Ciências Naturais”, do ano de 1943, é o volume mais extenso na abordagem da temática, reservando toda a terceira parte, entre as páginas 161 e 301, para o estudo dos seres vivos. Essa seção, composta por nove capítulos, dedica 57 páginas à biologia vegetal e 98 páginas à biologia animal, o que indica não apenas maior profundidade, mas também um interesse crescente em oferecer uma visão mais sistemática e hierarquizada da vida, possivelmente refletindo o fortalecimento de discursos nacionalistas e moralizadores que se valiam do estudo sobre os seres vivos para legitimar valores como ordem, disciplina e obediência à autoridade. Assim, ao contrastar a brevidade e foco restrito da obra de 1937 com a ampliação gradual observada em 1940 e, sobretudo, em 1943, torna-se possível

Entre a cruz e o livro:

A influência da Igreja em livros didáticos de Ciências Naturais do Estado Novo (1937 - 1945) perceber não apenas uma progressão na importância conferida ao estudo dos seres vivos nos currículos da época, mas também a maneira como o conteúdo foi moldado por diretrizes políticas e religiosas próprias do contexto histórico do Estado Novo, no qual a educação científica funcionava como instrumento de formação moral e cívica e será discutido com mais profundidade nos próximos parágrafos.

No livro da segunda série do ginasial, de 1940, há uma explicação pautada no cristianismo de forma bem explícita. Ela se encontra na parte I (página 15), intitulada como “A Terra”. Ainda no primeiro capítulo dessa seção, é apresentada a hipótese do Marquês de Laplace sobre a origem do planeta Terra. O texto segue descrevendo as fases de transformações físicas pelas quais o planeta passou. Após detalhar todas as etapas, o autor conclui o assunto com a afirmação de que tudo foi criado por intermédio de Deus:

Todo esse maravilhoso panorama que os Mundos nos oferecem em seu ciclo evolutivo, toda essa trama complexa e misteriosamente harmônica, toda essa grandeza, toda essa harmonia ressalta a Onipotência de um Criador que se consubstancia em uma palavra - DEUS! (Leão, 1940, p. 15).

Na mesma obra, na quinta e última parte do livro, destinada à apresentação das sociedades, há outra passagem que merece destaque por ilustrar a influência religiosa. Nela, o autor aborda o conceito que denomina “a luta pela vida”, afirmando que, graças às defesas concedidas pelo Criador, até os seres mais fracos possuem mecanismos de proteção para a sobrevivência. Ainda nessa parte, há uma passagem que evidencia de forma explícita a inter-relação entre a educação e os valores cristãos, articulada a partir de um discurso fortemente influenciado pela moral religiosa e pela visão de mundo da Igreja. A narrativa apresenta a ciência, a técnica e o progresso material como conquistas inicialmente benéficas, mas que, sem a orientação da fé e de princípios divinos, conduziria à desordem e à destruição:

As locomotivas, os transatlânticos, o telefôno, o telégrafo, o rádio, a máquina, em suma, surgiram e dominaram o mundo, governando-o e construindo-o, no começo, para, desgraçadamente, em nossos dias, desgoverna-lo e destruí-lo, ao sabor despótico dos homens sem Fé, dos homens sem Deus! Estude, jovem brasileiro! Estude para engrandecer nossa Pátria e para engrandecer-se. Estude para honrar a memória daqueles que tanto fizeram para dignificar e para humanizar a humanidade! Ponha todo seu saber, abnegadamente, a serviço da Humanidade. Polarize, meu jovem leitor, todas as suas energias para que o Brasil dê ao Mundo em cataclisma um exemplo de Amor de Altruísmo! Concorra com todas as forças do seu espírito cristão para que o Homem, criado à semelhança de Deus, seja digno do seu Criador!” (Leão, 1940, p. 267).

Ainda no mesmo texto, ao conclamar o jovem brasileiro a estudar, o autor associa o conhecimento não apenas ao desenvolvimento individual e nacional, mas também a uma missão moral e espiritual, na qual o saber deve estar a serviço da humanidade e submetido aos ideais de altruísmo e amor cristão. Tal perspectiva revela uma concepção educacional que integra a formação intelectual à formação moral religiosa, partindo da premissa de que o homem, “criado à semelhança de Deus”, só alcançaria sua plenitude e dignidade ao alinhar-se com os valores e finalidades estabelecidos pela doutrina cristã. Dessa forma, o texto ilustra a presença e a influência de concepções confessionais na educação, especialmente no contexto histórico no qual a Igreja exercia papel central na definição dos princípios e objetivos da instrução escolar.

Nas demais obras analisadas, não há menções tão explícitas quanto a essas. Apesar do conteúdo das referências religiosas extraídas da obra de 1940, é interessante observar que elas não estão inseridas nos capítulos que tratam das características dos seres vivos, mas sim em detalhes que discutem temas relacionados de forma mais ampla. Não obstante, a presença desses trechos de forma explícita reforça o que é discutido pelo filósofo Antônio Gramsci no volume I da obra *Cadernos do cárcere*, em que o autor, ao debater sobre os estudos da filosofia e da história da cultura, nota que a religião necessita conservar a unidade ideológica em todo bloco social que já se encontra cimentado e unificado; isso ocorre para que se fortaleça uma união doutrinária de toda massa “religiosa”, a fim de impedir que se formem grupos dissidentes.

Esse é o *modus operandi* de grupos que visam projetos de poder. Na mesma obra supracitada, Gramsci descreve o modo de trabalho dos grupos sociais que pretendem disseminar suas ideias. Em uma das formas de trabalho descrita, percebemos uma atuação parecida com a Igreja durante o Estado Novo:

[...] trabalhar de modo incessante para elevar intelectualmente camadas populares cada vez mais vastas, isto é, para dar personalidade ao amorfo elemento de massa, o que significa trabalhar na criação de elites de intelectuais de novo tipo, que surjam diretamente da massa e que permaneçam em contato com ela para se tornarem seus “espartilhos”(Gramsci, 2022, p. 111).

Conforme o autor, essa necessidade, quando satisfeita, é a que pode vir a modificar o panorama ideológico de uma época (Gramsci, 2022). Nesse sentido, a análise das obras didáticas do período do Estado Novo evidencia como a religião, especialmente o cristianismo, foi utilizada como ferramenta para consolidar uma ideologia nacionalista e centralizadora.

A referência a Deus nos livros didáticos analisados, tanto nas explicações sobre a origem do planeta quanto em trechos que tratam da luta pela sobrevivência dos seres vivos, evidencia uma tentativa intencional de articular ciências naturais e fé dentro de uma perspectiva compatível com os valores morais e políticos vigentes no período. Essa estratégia revela mais que uma simples influência religiosa sobre o conteúdo escolar – ela aponta para um projeto educativo que buscava integrar o discurso científico a uma visão de mundo cristã, reforçando padrões de comportamento, autoridade e ordem social. Essa prática dialoga com a noção de unidade ideológica formulada por Gramsci, na qual a religião desempenha papel central na construção e manutenção de um bloco hegemônico. No contexto do Estado Novo, a colaboração entre o governo varguista e a Igreja Católica não apenas contribuiu para tentar moldar o imaginário social da época, mas também garantiu que a escola operasse como um instrumento de difusão de valores cristãos, legitimando o regime autoritário e favorecendo a reprodução de uma ordem conservadora.

Paralelamente, a consolidação dessa aliança ideológica encontrou suporte institucional por meio da reforma do ensino secundário, implementada em 1942 pelo então ministro da educação Gustavo Capanema. Essa reforma redefiniu profundamente a estrutura do ensino secundário brasileiro, formalizando programas, reorganizando disciplinas e reforçando o papel da escola como formadora da juventude nacional segundo os ideais do Estado Novo. Diante dessas mudanças, editoras como a Companhia Editora Nacional iniciaram um movimento de revisão e atualização de suas obras didáticas, adaptando-as às novas diretrizes curriculares. Esse processo editorial não apenas respondeu às exigências formais da reforma, mas também colaborou para a consolidação de um projeto pedagógico alinhado às expectativas do regime, reforçando a presença de conteúdos que articulavam ciência, moral cristã e nacionalismo, delineando a formação intelectual e ideológica das novas gerações.

Considerações finais

Este estudo buscou contribuir para o resgate e a análise crítica de materiais didáticos produzidos ao longo da história da educação brasileira, com ênfase no período do Estado Novo. A investigação revelou como os conteúdos escolares de Ciências Naturais, especialmente aqueles relacionados aos seres vivos, foram atravessados por valores e princípios da doutrina católica, evidenciando uma aliança estratégica entre a Igreja e o Estado na construção de um projeto educativo moralizador, patriótico e conservador. Nesse sentido, fica claro que a educação científica foi instrumentalizada como parte do aparato ideológico do regime de Vargas, integrando o esforço de

unificação nacional por meio da difusão de uma visão de mundo alinhada aos interesses do governo e da Igreja.

A análise empreendida neste trabalho também permite compreender que o Estado Novo representou um momento singular de reconfiguração do papel da educação no Brasil, no qual a dimensão científica do currículo não estava dissociada de uma intencionalidade moral e religiosa. A aproximação entre Igreja e Estado não apenas garantiu em primeiro momento um espaço privilegiado na definição de conteúdos, mas também reforçou uma concepção de ciência natural moldada por princípios cristãos e por um ideal de formação que subordinava o conhecimento à moralidade. Essa simbiose institucional contribuiu para que a educação em Ciências Naturais assumisse um caráter normativo, cuja função ia além da mera transmissão de saberes técnicos ou conceituais, incorporando a formação de cidadãos comprometidos com um projeto nacionalista e conservador.

Ao examinarmos os materiais didáticos da época, torna-se evidente que não se tratava de inserções pontuais de referências religiosas, mas de uma lógica pedagógica estruturante. O discurso escolar articulava descobertas científicas e inovações tecnológicas a um horizonte teleológico no qual a fé era apresentada como condição para o uso ético do progresso. Tal associação conferia à educação científica uma função de salvaguarda moral, operando como barreira contra o que era percebido como degeneração cultural ou ameaça à ordem social. Nesse sentido, a ciência escolar não era autônoma, mas parte de um sistema discursivo que legitimava a autoridade da Igreja e reforçava a centralidade da religião na vida pública.

Essa constatação reforça a pertinência de investigações que abordem a educação como campo de disputas ideológicas, no qual diferentes atores e instituições competem pela hegemonia na definição do que deve ser ensinado. No caso estudado, a hegemonia religiosa se sobrepôs às perspectivas laicas de ensino, estabelecendo parâmetros para a produção e difusão do conhecimento científico que dialogavam pouco com a pluralidade de interpretações ou com a autonomia da ciência. O controle ideológico sobre os conteúdos, exercido de forma explícita, visava moldar não apenas as crenças, mas também as práticas e a forma de pensar dos estudantes, criando uma matriz cultural resistente à mudança.

A pesquisa também indicou os desafios metodológicos inerentes ao trabalho com fontes didáticas históricas, como a dificuldade de acesso a outros materiais originais e a ausência de informações complementares que contextualizassem sua produção e circulação. Porém, não temos a pretensão de encerrar esse debate, tampouco de aceitar os desafios como verdades absolutas. Nossa

Entre a cruz e o livro:

A influência da Igreja em livros didáticos de Ciências Naturais do Estado Novo (1937 - 1945) intenção é contribuir para a discussão, oferecendo perspectivas e informações que possam enriquecer essa linha ainda incipiente de pesquisas no Brasil: a história da educação em ciências.

Reforçamos a importância de aprofundar os debates sobre as relações entre religião, ciência e educação, uma vez que essas tensões, longe de se limitarem ao passado, permanecem se manifestando de forma recorrente no cenário educacional contemporâneo, exigindo atenção crítica por parte de pesquisadores, educadores e formuladores de políticas públicas. Desse modo, novas perguntas podem surgir a partir do tempo presente.

Nesse contexto, torna-se urgente refletir sobre os modos como discursos religiosos ainda atravessam práticas escolares e influenciam a seleção de conteúdos, muitas vezes em desacordo com os princípios da laicidade e a promoção do pensamento científico. A presença de movimentos conservadores e de discursos anticientíficos nos espaços escolares contemporâneos evidencia a permanência de disputas que já estavam em curso no passado, o que reforça a necessidade de compreensão histórica para atuação crítica no presente.

A leitura crítica desses materiais permite, portanto, questionar as implicações de submeter a ciência escolar a valores e dogmas religiosos. Ainda que o contexto político e social tenha se transformado desde o Estado Novo, persistem no cenário contemporâneo desafios semelhantes, como a tentativa de restringir ou reinterpretar conteúdos científicos a partir de convicções morais ou crenças particulares. Assim, o estudo histórico fornece instrumentos para identificar continuidades e rupturas, ajudando a compreender como tais tensões se reproduzem, se adaptam e ganham novas configurações na atualidade.

Por fim, acreditamos que os livros didáticos, ao serem tomados como fontes históricas (Borba, 2021), revelam muito mais do que simples instrumentos pedagógicos: são também produtos culturais que expressam projetos de sociedade. Assim, a análise desses materiais permite acessar as tensões, negociações e interesses políticos que orientaram – e ainda orientam – os rumos da educação científica no Brasil, oferecendo pistas valiosas para pensar uma educação comprometida com a democracia, a pluralidade e a formação crítica dos sujeitos.

Este trabalho buscou contribuir para a compreensão de como os processos históricos e a construção da memória são fundamentais para evitar o apagamento do passado, uma vez que “a memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e em permanente evolução” (Nora, 1993). Ao reconhecer que a memória coletiva não é neutra, mas resultado de seleções, disputas e silenciamentos, torna-se possível perceber que a preservação ou o esquecimento de determinados acontecimentos estão profundamente ligados a interesses políticos, sociais e culturais. Nesse sentido, o resgate

histórico-político não se limita a uma recuperação cronológica de fatos, mas envolve a análise crítica das estruturas e narrativas que moldam nossa sociedade, permitindo compreender como certos valores e visões de mundo são perpetuados ou marginalizados. É a partir desse olhar crítico que podemos reavaliar os critérios e os mecanismos que determinam o que será lembrado ou esquecido, promovendo, assim, uma reflexão mais profunda sobre as heranças ideológicas e culturais que orientam o presente e influenciam as projeções de futuro.

Referências

- ABREU, Rozana Gomes; GOMES, Maria Margarida; LOPES, Alice Casimiro. Contextualização e tecnologias em livros didáticos de Biologia e Química. **Investigações em Ensino de Ciências**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 405-417, 2005.
- BORBA, Rodrigo Cerqueira do Nascimento. **História do currículo e da disciplina escolar ciências entre as décadas de 1960 e 1980: as “três vidas” de Nilza Vieira, uma professora inesquecível**. 2021. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Niterói, 2021.
- BUENO, Roberto. O autoritarismo e as vias conservadoras em Francisco Campos, Oliveira Viana e o Estado Novo. **Revista de Informação Legislativa (RIL)**, Brasília, v. 53, n. 210, p. 25-41, abr./jun. 2016.
- CAMPOS, Francisco. **Comunicado ao Rio Jornal**. A União, Rio de Janeiro, ano 16, n. 46, p.1, 7 jun 1925.
- DUARTE, Renata Garcia Campos. **Imprensa operária e educação: debates e demandas educacionais dos trabalhadores de Belo Horizonte (1897-1930)**. 2019. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.
- DUTRA, Eliana Regina de Freitas. **Companhia Editora Nacional: Tradição Editorial e Cultura Nacional no Brasil dos anos 30**. In: I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial. Rio de Janeiro: [s.n.], 2004. Disponível em: <http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br/pdf/elianadutra.pdf>.
- FERREIRA, Marcia Serra; SELLES, Sandra Escovedo. Análise de livros didáticos em Ciências: entre as ciências de referência e as finalidades sociais da escolarização. **Educação em Foco**, Juiz de Fora, v. 8, n. I e II, p. 63-78, 2004.
- GOMES, Maria Margarida; SELLES, Sandra Escovedo; LOPES, Alice Casimiro. Currículo de Ciências: estabilidade e mudança em livros didáticos. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 477-492, 2013.
- GOODSON, Ivor Frederick. **Currículo: Teoria e História**. Petrópolis: Vozes,. 1998.
- GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Volume I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

Entre a cruz e o livro:

A influência da Igreja em livros didáticos de Ciências Naturais do Estado Novo (1937 - 1945)

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil: sua história**. São Paulo: EdUSP, 2005.

HORTA, José Silvério Baia. **O Hino, o Sermão e a Ordem do dia: Regime Autoritário e a Educação no Brasil (1930-1945)**. 2. ed. rev. São Paulo: Autores Associados, 2012

LOPES, Sonia de Castro. Formação de professores no Rio de Janeiro durante o Estado Novo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 137, p.597-619, maio/ago. 2009.

LOPES, Sonia de Castro. Igreja, Estado e Educação no primeiro governo Vargas: O debate sobre ensino religioso na revista Hierarchia. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 30, p. 94-103, jul./dez. 2011.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

PILETTI, Nelson; PILETTI, Claudino. **História da Educação**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1995.

PINHEIRO, Regiane Machado de Sousa; ECHALAR, Adda Daniela Lima Figueiredo; QUEIROZ, José Rildo Oliveira. As políticas públicas de livro didático no Brasil: editais do PNLD de Biologia em questão. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 37, 2021.

ROXO, Euclides. **A matemática na educação secundária**. São Paulo: Ed. Nacional, 1937.

SALOMÃO, S. R. Livro Didático e Linguagem: temas fecundos para pensarmos a pesquisa em Educação em Ciências no contexto da formação de professores. In: MARTINS, I.; SOUSA, G. G.; VILANOVA, R. (Orgs.). **O livro didático de ciências: contextos de exigência, critérios de seleção, práticas de leitura e uso em sala de aula**. 1. ed. Rio de Janeiro: Oficina de Livros, 2012. v. 1, p. 79-88.

SAVIANI, D. O legado educacional do “longo século XX” brasileiro. In: SAVIANI, D. *et al.* **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2004. p. 11-57. (Col. Educação contemporânea).



Os direitos de licenciamento utilizados pela revista Educação em Foco é a licença *Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International* (CC BY-NC-SA 4.0)

Recebido em: 20/08/2025
Aprovado em: 03/02/2026